

Ajuste cambial teve caráter preventivo

902 O ministro da Fazenda, Pedro Malan, afirmou ontem aos parlamentares que integram a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados que os ajustes do Governo na área econômica levam em conta três desequilíbrios potenciais: oferta menor que a demanda, balanço de pagamentos (resultado de tudo o que entra e sai de um País anualmente em moeda estrangeira) e receita e despesa públicas, incluídas aí as dos estados e municípios. Malan sustentou que as medidas anunciadas na segunda-feira, que incluem o regime de bandas cambiais, foram adotadas pelo Governo para “se antecipar a esses desequilíbrios”.

Durante 55 minutos Malan fez um balanço do Plano Real, desde a sua elaboração quando o presidente Fernando Henrique Cardoso estava à frente do Ministério da Fazenda no governo Itamar Franco, a partir de maio de 1993, até as últimas medidas anunciadas na segunda-feira.

Ele lembrou que foi a preocupação com os reflexos sobre a inflação que levou o Governo a impor restrições ao consumo. Destacou o compulsório sobre operações financeiras, ainda em vigor, e a redução dos prazos de crediário e consórcios. Disse que a equipe econômica tinha certeza, ainda em maio do ano passado, de que o real não seria recessivo, “como apostavam os críticos”, mas expansionista. Por isso, tomou medidas como o compulsório de 100% sobre os depósitos à vista, que poderiam ser flexibilizadas ou ampliadas dependendo do comportamento da economia.